



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 173, DE 2019

Altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal para excluir do Novo Regime Fiscal as despesas primárias custeadas com a contribuição de que trata o §5º do art. 212 da Constituição Federal.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) (1º signatário), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Juíza Selma (PODEMOS/MT), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM),

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 173, DE 2019

Altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal para excluir do Novo Regime Fiscal as despesas primárias custeadas com a contribuição de que trata o §5º do art. 212 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.107.
.....
§ 6º

I - transferências constitucionais estabelecidas no § 1º do art. 20, no inciso III do parágrafo único do art. 146, no § 5º do art. 153, no art. 157, nos incisos I e II do art. 158 e no art. 159, as despesas custeadas com a contribuição de que trata o § 5º do art. 212, as despesas referentes ao inciso XIV do caput do art. 21, todos da Constituição Federal, e as complementações de que tratam os incisos V e VII do caput do art. 60, deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;”

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Recebido em 15 / 10 / 2019
Hora: 20:57



SF/19580.32287-53

Página: 1/9 15/10/2019 15:33:34

b30f43c6ea50a28acac047d737c46da1f5e93d73



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 95/2016 instituiu para a União um Novo Regime Fiscal (NRF) que impõe um limite superior para os gastos (o chamado “teto de gastos”) por meio do Artigo 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Esse dispositivo constitui o instrumento central da política de reequilíbrio fiscal do Governo Federal, cujo objetivo é reduzir a despesa primária em até 5 pontos percentuais do PIB na primeira década, quando então o Poder Executivo poderá reavaliar a metodologia de correção do limite de gastos primários.

Por outro lado, o próprio Artigo 107 referido acima exclui do “teto de gastos” as despesas decorrentes das transferências de receitas, os créditos extraordinários, a participação da União no capital das empresas estatais e as despesas não recorrentes da justiça eleitoral.

São também excluídas do “teto de gastos” as transferências relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, bem como as transferências aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal das suas cotas do salário-educação, estabelecidas pelo § 6º do art. 212 da Constituição Federal.



SF/19580.32287-53

Página: 2/9 15/10/2019 15:33:34

b30f43c6ea50a28acac047d737c46da1f5e93d73





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

Tais transferências visam ao financiamento da Educação Básica, atribuição constitucional de Estados, Municípios e do Distrito Federal (Artigo 211), em que a União desempenha papel redistributivo.

Por outro lado, a cota federal do salário-educação, que tem como objetivo ser **fonte adicional de financiamento da educação básica pública**, cumpre o mesmo papel, mas não foi excluída do “teto de gastos”. Por essa razão, as despesas correspondentes, que se encontram sob o teto, reduzem a efetiva capacidade da União de aportar recursos para a Educação, importando no atraso do cumprimento das metas de qualidade estabelecidas por meio do Plano Nacional de Educação.

Com isso, estão prejudicados aportes de recursos que atendem aos objetivos de reduzir os déficits educacionais do país em todos os níveis. São exemplos dessa situação as dificuldades do Governo Federal para:

- concluir a construção de milhares de creches em todo o país, beneficiando as crianças menos favorecidas e suas famílias;
- universalizar a Educação Infantil, melhorando a aprendizagem das crianças ao longo de toda a sua trajetória escolar;
- implantar a Educação Básica em tempo integral, aumentando a permanência dos estudantes na escola;
- implementar o Novo Ensino Médio, ampliando as alternativas de formação dos jovens para o mundo do trabalho e para cidadania, superando o reconhecido fracasso dessa etapa escolar;



SF/19580.32287-53

Página: 3/9 15/10/2019 15:33:34

b30f43c6ea50a28acac047d737c46da1f5e93d73



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

- financiar os programas de alfabetização, de implantação da Base Nacional Curricular Comum, de formação de milhares de professores para a Educação Básica; e
- financiar milhões de graduandos e pós-graduandos nas Instituições de Educação Superior.

O Governo Federal, com os recursos do salário-educação dos quais se apropria, por meio da cota federal do salário-educação, financia grande parte dos programas essenciais para a educação básica brasileira, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (o mais antigo e o maior programa de alimentação escolar do mundo, segundo a organização Todos Pela Educação) e o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE).

Essas despesas, porém, são típicas dos entes subnacionais, e a gestão direta dos recursos por estes certamente contribuirá para aumentar a eficiência e o controle dos gastos.

Por esta razão, entendemos não ter sustentação a manutenção destes gastos no teto do Governo Federal, uma vez que a União sempre se apresenta apenas como ente intermediário no controle e no repasse dos recursos, até mesmo no que se refere às cotas do salário-educação sob sua responsabilidade, cuja finalidade precípua é o financiamento de despesas que deveriam estar nas esferas estaduais, municipais e do Distrito Federal, para o cumprimento das atribuições constitucionais em relação à Educação.

Cumprе registrar, ainda, que a nova redação aqui proposta estabelece que será excluída do teto a integralidade dos recursos referentes à



Página: 4/9 15/10/2019 15:33:34

b30f43c6ea50a28acac047d737c46da1f5e93d73



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

contribuição social do salário-educação, conforme define o § 5º do Art. 212 da Constituição Federal, abaixo transcrito:

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

Dessa forma, tendo em vista a maior abrangência do dispositivo acima, dispensa-se a menção, que consta no texto atualmente em vigor, às transferências representadas pelas cotas estaduais e municipais definidas, no texto em vigor, por meio do § 6º do mesmo Artigo 212 da Constituição Federal, a saber:

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

Em conclusão, solicito o apoio dos Eminentes Parlamentares para aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição, que combina uma grande contribuição para o desenvolvimento da Educação Nacional com a preservação dos princípios do NRF.

Sala das Sessões, em de outubro de 2019.


Senador IZALCI LUCAS
PSDB/DF



SF/19580.32287-53

Página: 5/9 15/10/2019 15:33:34

b30143c6ea50a28acac047d737c46da1f5e93d73



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SENADOR (A)	ASSINATURA
01 KAUANO	
02 LASIER	
03 TELMANO	
04 Raulo Raimundo	
05 ALVARO DIAS	
06 DRIOVISTO	
07 EDUARDO GHO	
08 WEVERTON	
09 OTTO ALENCAR	
10 ROGERIO CARVALHO	
11 WILSON BRAGA	
12 FERNANDO EDUARDO	
13 ROSE DE FREITAS	
14 LUIZ DE CARVALHO	
15 JACQUES MAGALHAES	
16 JOAO SANCHEZ	
17 FERNANDO GOMES	
18 EDUARDO BRAGA	
19 RANDELL	
20 PLINIO	



SF/19580.32287-53

Página: 6/9 15/10/2019 15:33:34

b30f43c6ea50a28acac047d737c46da1f5e93d73





PEC alterando o
artº 107 do ADT.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SENADOR (A)	ASSINATURA
21 <i>Cláudio Tomaz</i>	<i>Cláudio Tomaz</i>
22 TASSO	<i>Tasso</i>
23 <i>Dr. Omar</i>	<i>Dr. Omar</i>
24 WIS CARLOS HEITZ	<i>Wis Carlos Heitz</i>
25 ALESSANDRO	<i>Alessandro</i>
26 JPP.	<i>JPP.</i>
27 <i>Daniel</i>	<i>Daniel</i>
28 <i>Tomásio</i>	<i>Tomásio</i>
29 <i>Daniel</i>	<i>Daniel</i>
30 <i>Emerson</i>	<i>Emerson</i>
31 E. AMIN	<i>E. Amin</i>
32 FLÁVIO BOLSONARO	<i>Flávio Bolsonaro</i>
33 MARIN DO CARMO	<i>Marin do Carmo</i>
34 ARQLOE	<i>Arqloe</i>
35 C. VIANA	<i>C. Viana</i>
36 <i>Nelson</i>	<i>Nelson</i>
37 HUMBERTO COSTA	<i>Humberto Costa</i>
38 PAULO RABELO	<i>Paulo Rabelo</i>
39 <i>João</i>	<i>João</i>
40 <i>Rodrigo</i>	<i>Rodrigo</i>



SF/19580.32287-53

Página: 7/9 15/10/2019 15:33:34

b30f43c6ea50a28acac047d737c46da1f5e93d73





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SENADOR (A)	ASSINATURA
41 <i>Isela Basso</i>	<i>Isela Basso</i>
42 <i>Neuza de Jesus</i>	<i>Neuza de Jesus</i>
43 <i>Olivia Rodrigues</i>	<i>Olivia Rodrigues</i>
44 <i>KATIA ABRIL</i>	<i>Katia Abril</i>
45 <i>CID FLORES</i>	<i>Cid Flores</i>
46 <i>MATOS OLIVEIRA</i>	<i>Matos Oliveira</i>
47 <i>SIMONE TEBET</i>	<i>Simone Tebet</i>
48 <i>Marcelo de Souza</i>	<i>Marcelo de Souza</i>
49 <i>AFRÂNIO BEZERRA</i>	<i>Afrânio Bezerra</i>
50 <i>Roberto</i>	<i>Roberto</i>
51 <i>Confúcio Moura</i>	<i>Confúcio Moura</i>
52 <i>Regina Maria</i>	<i>Regina Maria</i>
53 <i>REGUFFE</i>	<i>Reguffe</i>
54 <i>JOSÉ SERAT</i>	<i>José Serat</i>
55 <i>CIRO NACINI</i>	<i>Ciro Nacini</i>
56 <i>Dani Alchamite</i>	<i>Dani Alchamite</i>
57 <i>Flávio Arnes</i>	<i>Flávio Arnes</i>
58 <i>Soraya Thronick</i>	<i>Soraya Thronick</i>
59 <i>Zorginho Mello</i>	<i>Zorginho Mello</i>
60 <i>STYVENSON VILHOTA</i>	<i>Styvenson Vilhota</i>



SF/19580.32287-53

Página: 8/9 15/10/2019 15:33:34

b30f43c6ea50a28acac047d737c46da1f5e93d73





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SENADOR (A)	ASSINATURA
61 <i>Deniziane</i>	<i>[Assinatura]</i>
62 <i>Therese Finner</i>	<i>[Assinatura]</i>
63 <i>Maitza Gomes</i>	<i>[Assinatura]</i>
64 <i>Mário Brás</i>	<i>[Assinatura]</i>
65 <i>Marcelo Costa</i>	<i>[Assinatura]</i>
66 <i>Jacir</i>	<i>[Assinatura]</i>
67 <i>WELLINGTON FAUNDO</i>	<i>[Assinatura]</i>
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	



SF/19580.32287-53

Página: 9/9 15/10/2019 15:33:34

b30143c6ea50a28acac047d737c46da1f5e93d73



LEGISLAÇÃO CITADA

- ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT-1988-10-05 ,
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
- artigo 107
- Emenda Constitucional nº 95, de 2016 - Teto dos Gastos Públicos - 95/16
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2016;95>